

Um estudo acerca do significado do termo “Celtibéria” na *Geografia* de Estrabão¹

Profa. Jeanne Cristina Menezes Crespo
Mestranda do PPGH / UFF
Bolsista CAPES
jmcrespo@zipmail.com.br

Resumo

No presente artigo, objetivamos realizar um breve comentário da abordagem realizada por Estrabão, em sua obra *Geografia*, livro III, acerca da noção do termo “Celtibéria”. Para o desenvolvimento da presente análise, nos utilizaremos tanto da comparação entre a documentação supracitada com as informações advindas de outros autores clássicos, além dos aportes da arqueologia.

Palavras-Chave: Celtíberos, Hispânia Romana, Arqueologia.

Abstract

In the present article, a brief comment about the conceptualization of “Celtiberia” by Estrabon in his *Geography* will be our match. In order to develop the present analysis it will be necessary to use the comparison between the above-mentioned documentation, as well as other classic authors, besides the contributions of archaeology.

Keywords: Celtiberians, Roman Hispania, Archaeology.

Introdução:

No presente artigo, objetivamos realizar um breve comentário da abordagem realizada por Estrabão, em sua obra *Geografia*, livro III, acerca da noção do termo “Celtibéria”. Para o desenvolvimento da presente análise, nos utilizaremos tanto da comparação entre a documentação supracitada com as informações advindas de outros autores clássicos, além dos aportes da arqueologia.

A proposta metodológica de comparação entre as documentações textual e arqueológica é uma prática muito comum entre os pesquisadores que trabalham com a Antiguidade pré-romana e romana da Península Ibérica. Esta é denominada etnogênese², e toma como ponto de partida a correspondência entre a realidade nativa descrita nos textos clássicos, em particular o “mapa” das populações pré-romanas que habitavam a Península Ibérica. Sendo este reconstruído principalmente pelas fontes geográficas, e pelos grupos arqueológicos que se documentavam nas distintas zonas peninsulares. Esta relação leva à utilização de termos étnicos para denominar entidades arqueológicas, uma aplicação legítima quando se refere a épocas históricas.

A coincidência espacial entre estas culturas arqueológicas e os grupos de população mencionados pelos autores clássicos permite admitir teoricamente a vinculação entre a cultura material e os habitantes de tal território. No entanto, colocar em prática tal princípio não o exclui de dificuldades. Em primeiro lugar, se intenta definir o caráter dos distintos grupos de população empregando categorias procedentes da Antropologia, como os conceitos de etnia, grupo étnico, etc, que contribuem com conteúdo para a realidade que tais textos descrevem. Junto a tais noções, consideram-se os critérios seguidos pelos autores clássicos para diferenciar a grupos distintos de populações e que aparecem mencionados, em algumas ocasiões, em suas obras. Deste modo, baseando-se na noção de etnia, os pesquisadores passam a rastrear aqueles elementos que permitam sua identificação, de acordo com os dados proporcionados pelas distintas documentações textuais.

De acordo com Pilar Ciprés (1990, 125) três são os elementos básicos cujo estudo orienta o enfoque dos trabalhos de etnogênese:

- a) A existência de coordenadas espaço-temporais, nas quais as etnias se inscrevem. Ou seja, determinar dentro do espaço geográfico peninsular, o lugar pertencente a cada etnia; além de rastrear a origem e o processo de formação e consolidação de tais grupos, através do aporte advindo da análise da cultura material.
- b) A presença de características culturais próprias, as quais podem contribuir para a diferenciação de cada etnia em particular. Atribuindo-se a cada etnia um tipo de cultura material, identidade lingüística (se for possível), uma organização e uma estrutura social, crenças religiosas, etc. Elementos que, geralmente, se documentavam nas fontes escritas de maneira parcial e bastante precária.
- c) A existência de uma autoconsciência de grupo. Segundo Ciprés (1990, 26), este elemento seria o mais difícil de se comprovar e só seria perceptível, em alguns casos excepcionais, através das fontes literárias e, normalmente, em uma época bastante tardia. A autora cita como exemplos as referências de Apiano sobre os arévacos, e a declaração de Marcial sobre sua condição de Celtibero³.

A intenção de acomodar as informações textuais para dar resposta a todas as interrogações que se criam, pode acarretar em respostas equivocadas. Por um lado, a língua, a cultura material e as características culturais nos permitem definir ou estabelecer áreas mais ou menos amplas nas quais estes elementos apresentam características comuns. Um ponto de vista tomado a partir da noção de etnicidade, nos permite diferenciar o que os arqueólogos chamam grupos étnicos amplos: celtas, iberos, entre outros; levando em consideração aspectos afins, ou até semelhanças, que tais grupos poderiam ter. Porém, distinguir as etnias, unidades menores que formam as partes de um grupo étnico, é uma tarefa bem mais complexa, porquanto estas poderem compartilhar dos mesmos elementos (apesar de terem alguns que lhe sejam peculiares), além de apresentarem diferenças culturais dentro de uma mesma etnia. A correspondência entre uma cultura material e um grupo étnico não é um princípio constante.

Em alguns casos, observamos a continuidade entre as evidências arqueológicas correspondentes a seqüência cultural de uma região, e o território que os autores clássicos atribuem a uma população em uma época histórica, como é o exemplo dos Celtíberos e a sua alocação nas zonas do Alto Duero – Alto Jalón e do Alto Tajo (LORRIO, 1997:50). Do mesmo modo, etnias pertencentes a grupos étnicos distintos podem participar de elementos culturais comuns, dificultando sua identificação, como parece ser o exemplo das informações de alguns autores como Tácito. Sua obra *Germânia* (XLVI, 1) tanta clareza na classificação de uma população, ou etnia, dentro de um grupo étnico maior, sobretudo nas zonas fronteiriças, onde existiam fortes contatos culturais, e onde se considera que as diferenciações de língua, costumes e de tipos de habitat não são sempre consideradas com critérios definitivos.

O trabalho de adequação de documentação textual apresenta outras complicações, que vão além da interpolação entre estas e os dados arqueológicos. Um bom exemplo seria a problemática em situar as descrições da Península Ibérica, além da distribuição e enumeração de suas populações, no contexto histórico e cultural em que estas são elaboradas. Assim, colocamos o problema de uma pretensa reconstrução da península pré-romana, por autores romanos, como parece ser o caso do já mencionado Estrabão. Tais reconstruções, muitas vezes, implicam uma visão estática acerca da Península Ibérica, eclipsando problemáticas como o progresso do conhecimento do espaço peninsular, os contatos interétnicos entre as populações nativas e a própria ação de Roma, que produzirão uma redefinição no mapa geográfico peninsular.

Referências a Celtas e Celtíberos em Estrabão:

O estudo da presença dos celtas na Península Ibérica através das fontes clássicas, e mais propriamente em Estrabão, nos situa ante o problema do conhecimento e da visão que na Antigüidade teria o mundo greco-romano da Península, ou seja, de sua configuração antes da conquista romana, o que hoje chamamos mundo pré-romano. A informação que o geógrafo grego proporciona a esse respeito nos é de grande valor, já que, dentre as obras que chegaram até nós, é este autor o primeiro a realizar uma descrição completa da Ibéria. Além disso, este autor também nos transmite a informação sobre o trabalho do geógrafo antigo e sobre o processo de conhecimento e definição do território peninsular. Nele, encontramos reflexões sobre a geografia como disciplina científica, e sobre os problemas que se estabelecem quando se pretende realizar a

descrição de um ocidente cujo conhecimento é relativamente recente. No momento da elaboração do mapa onde se inserem os distintos grupos de população, Estrabão parece ter encontrado alguns problemas derivados da informação que dispunha. Este geógrafo, que nunca visitou a Península Ibérica, construiu um mapa a partir de dados proporcionados por autores anteriores, correspondentes a períodos históricos distintos, resultando em um trabalho de “gabinete”, baseado na consulta, ordenação e confrontação dos dados de obras anteriores. O conhecimento precário das terras mais ocidentais não resulta em uma fácil distinção dos espaços e sua articulação com as populações peninsulares. Desta forma, apesar do bom conhecimento e compilação das fontes do passado (fontes estas que chegam até Estrabão na forma de fragmentos imprecisos), Estrabão não se encontra enquanto “sujeito ativo” em suas descrições. Sua construção da Península Ibérica pode ser considerada uma representação da realidade, fruto de uma atividade intelectual baseada na ordenação dos dados disponíveis, de acordo com critérios de seleção e hierarquização, em um processo sempre em constante reelaboração⁴.

As menções às populações celtas na Península Ibérica aparecem dispersas no livro III da *Geografia* de Estrabão. Anteriormente a este autor, Heródoto (II, 33.3) (IV, 29.3) havia situado estes além das Colunas de Heracles, limitando-os com os cinetes, assentados na zona do Algarve. Éforo de Cumas (ESTRABÃO, IV, 4.6) no séc. IV a.C., e Erastótenes (ESTRABÃO, II, 4.4), no séc. III a.C., também faziam referências aos Celtas. A referência feita por Heródoto levou muitos pesquisadores modernos a localizar os celtas na Península Ibérica pelo menos desde o século V a.C. No entanto, apesar de não descartarmos a presença de população de origem céltica em território peninsular, nesta época, a alusão feita por este historiador não pode ser considerada como a confirmação segura desta presença. Teríamos que verificar os dados arqueológicos e lingüísticos.

No momento que Heródoto escreve, o conhecimento do Ocidente europeu se limitava praticamente às costas do Mediterrâneo e as do Sul da Península Ibérica, sendo desconhecida a vertente oceânica, tal como este autor nos indica (HERODOTO, III, 115 e 116). Só a partir da conquista romana que temos uma visão mais precisa das terras do interior. Neste sentido, as referências que encontramos em Heródoto sobre a Península Ibérica limitam-se basicamente á costa meridional, e ao Estreito de Gibraltar, ficando os territórios atlânticos englobados em um mundo céltico pouco definido. Devido à presença dos fenícios, cartagineses e gregos, a franja costeira sul peninsular era uma região melhor conhecida, na qual aparecem distintos grupos de população, entre os quais os cinetes, que Heródoto identifica como os habitantes do extremo mais ocidental. Embora as fontes posteriores, como Políbio, nos indiquem que as regiões do interior peninsular não são exploradas e conhecidas para o mundo greco-romano até a conquista romana, não sabemos realmente o grau de conhecimento que se tinha nos sécs. VI e V a.C. desta zona. Em termos gerais, a referência feita pelas fontes que chegaram até nós nos inclina a pensar que neste período, a designação “celta” tinha uma acepção genérica, destinada aos habitantes de um espaço ainda mal conhecido. A passagem 2.27 do livro I da *Geografia* de Estrabão confirma nossa colocação, ao indicar que denominações do ripo iberos, celtas, celtíberos ou celtoescitas eram utilizadas pelos autores antigos para identificar as populações que habitavam distintas zonas da ecúmene, que não eram bem conhecidas, agrupando-se a estes, populações ainda pouco conhecidas, baixo um mesmo nome.

Segundo o geógrafo grego a Ibéria estaria sendo habitada por populações de diferentes caracteres e de precedências distintas. Junto aos iberos, considerados a população autóctone, dentre os quais são incluídos os lusitanos⁵, encontraríamos gregos, tírios, cartagineses e mais recentemente romanos e celtas, dentre estes, celtíberos e berones.



A primeira referência à uma Celtibéria se situa no contexto da II Guerra Púnica, ao narrar Políbio (III, 17, 2) os prolegômenos do cerco a Sagunto, na primavera de 219 a. C. Desde esse momento, as menções à Celtibéria e aos celtíberos são abundantes e variadas, por estas populações serem protagonistas dos acontecimentos bélicos ocorridos na Península Ibérica durante o séc. II a.C. Além disso, Políbio visitou diretamente a península, acompanhando Cipião durante as Campanhas de Lúculo, em 151 a.C. Desta forma, sua descrição tem que ser vinculada aos acontecimentos do séc II a.C., momento no qual a Península Ibérica era considerada como um dos cabos mais proeminentes da Europa (POLÍBIO, III, 37), rodeada pelo mar Mediterrâneo e pelo mar Exterior. A parte situada à margem do mar Mediterrâneo, área que compreendia desde os Pirineus até os Pilares de Hércules (atual Estreito de Gibraltar), que era denominada Ibéria. Já a porção peninsular que se estendia em direção ao Mar Externo (Noroeste, Centro e Sudoeste peninsular), por ainda não haver sido explorada, não recebia denominação comum. É nesta porção que está situada a Celtibéria.

A menção a uma “Celtibéria” pode ser encontrada através dos escritos de Políbio, dentre os quais apontamos duas referências precisas:

A primeira, encontrada em sua obra *História* (III, 17.2):

“Esta cidade (Sagunto) está situada nos contrafortes marítimos da cadeia de montanhas que separa a Ibéria da Celtibéria, a uma distância aproximada de sete estádios do mar”.

A segunda, encontrada em uma passagem da *Geografia* de Estrabão (III, 3.3):

“Políbio alega que tanto o (rio) Anas quanto aquele (rio Betis) nascem na Celtibéria, embora distantes entre si por novecentos estádios; porque os celtíberos, que haviam aumentado seu território, deram seu próprio nome a todo o país vizinho”.

Para Estrabão, os celtas haveriam protagonizado uma migração (III, 4.12) chegando a dominar os iberos (III, 4.5), afirmação que se situa na mesma linha de argumentação utilizada por autores como Diodoro (5,33), Apiano (*Iber.*2) e Marcial (4,55). Ambos falavam da penetração de celtas através dos Pirineus, seguido pelo enfrentamento com os iberos, com os quais acabaram se fundindo, caracterizando-se o termo “celtíbero” para designar um grupo misto, resultado da mistura de celtas e Iberos. Tais autores colocavam os Pirineus como fronteira, separando os celtas ou galos dos iberos e celtíberos (DIODORO, V, 35.2) (APIANO, 1)⁶.

Dentre os arqueólogos, utiliza-se com frequência termos como Campos de Urnas, hallstático, pós-hallstático ou céltico, em um intento de estabelecer a vinculação com a realidade arqueológica europeia, encobrindo assim, de forma mais ou menos explícita, a existência de posturas invasionistas que relacionam a formação do grupo celtibérico com a chegada de sucessivas ondas de celtas vindos da Europa Central. Esta tese foi defendida por Pedro Bosch Gimpera (1992) em diferentes trabalhos publicados desde os anos 20, nos quais, corroborando as fontes históricas e filológicas com a realidade arqueológica, admitia-se existência de distintas invasões, o que dificultou os avanços da investigação arqueológica espanhola.

A hipótese invasionista foi mantida pelos lingüistas, mas sem poder aportar informação a respeito de sua cronologia ou sobre as possíveis vias de chegada. A de maior antiguidade, considerada pré-celta, incluiria o lusitano, língua que para alguns investigadores deveria ser considerada um dialeto céltico, enquanto que a mais recente, denominada celtibérica, já seria um dialeto plenamente céltico. A limitação da Cultura dos Campos de Urnas ao noroeste da península, área lingüisticamente ibérica, por tanto nem céltica, nem indo-europeia, e o fato de que tal cultura não apareça nas áreas ditas celticizadas, obrigou a uma reavaliação das teses invasionistas, pois não a simples aceitação de uma invasão de Campos de Urnas, não seria suficiente para explicar o fenômeno da “celtização” peninsular.

A dificuldade de correlacionar os dados lingüísticos e a realidade arqueológica fez com que filólogos e arqueólogos tenham trabalhado em separado, tendendo estes últimos a buscar elementos exógenos que provaram a tese invasionista ou, sem chegar a negar a existência de Celtas na Península Ibérica, ao menos restringir o uso do termo às evidências de tipo lingüístico, epigráfico, etc., em contradição com os dados que oferecem as fontes escritas.

Almagro-Gorbea (1992) propôs uma interpretação alternativa, partindo da dificuldade de manter a origem dos celtas hispanos na cultura dos Campos de Urnas, cuja dispersão se circunscreve ao quadrante Norte-oriental da Península. Tal origem seria buscada em seu substrato protocéltico conservado nas regiões do ocidente peninsular, embora na transição do Bronze Final à Idade do Ferro este se estendesse

desde as regiões atlânticas até a Planalto. De tal substrato protocéltico nasceria a Cultura Celtibérica, com o que ficariam explicadas as semelhanças culturais que há entre ambas e a progressiva assimilação de tal substrato por parte desta. De acordo com Almagro-Gorbea a “celtização” da Península Ibérica se apresenta enquanto um fenômeno complexo, no qual uma aportação étnica única e determinada, presente nas colocações invasoras, deixou de ser considerada como elemento imprescindível para explicar o surgimento e desenvolvimento da Cultura Céltica peninsular, na qual os celtíberos constituem-se como o grupo mais bem conhecido.

De acordo com Lorrio (2001: 184), a reduzida informação sobre o final da Idade do Bronze no Planalto oriental dificulta a valoração do substrato protocéltico na formação do mundo celtibérico, ainda mais quando certas evidências confirmam a continuidade do povoamento na zona onde o fenômeno celtibérico romperá com maior força: o Alto Tajo - Alto Jalón - Alto Duero. Por outro lado, embora ainda se esteja por avaliar a real incidência dos grupos de Campos de Urnas no processo de formação do mundo celtibérico, a presença de aportes étnicos procedentes do Vale do Ebro estaria documentada nas altas terras do Planalto oriental, como parece confirmar o assentamento de Fuente Estaca (Embid), no noroeste da província de Guadalajara. Não é descartável a possibilidade de que as infiltrações de grupos de Campos de Urnas houvessem sido portadoras de uma língua indo-européia, precedente da celtibérica, conhecida a partir de uma série de documentos epigráficos datados dos séculos anteriores da virada do Milênio.

O mapa da Celtibéria

A problemática envolvendo as populações célticas na Península Ibérica é complexa, e ainda se mostra tema de muito debate entre arqueólogos e filólogos. Porém, nosso interesse está centrado nos Celtíberos, já que este grupo populacional, dentre os celtas peninsulares, é o melhor documentado por Estrabão. Este autor se preocupa em localizá-los, de definir seu grau de desenvolvimento e seu tipo de organização, realçando as características que se destacam, e pelas quais os identificam no âmbito greco-romano: sua belicosidade, seu habitat, sua religiosidade. Elementos que os definem e que contribuem para situar-los dentro dos parâmetros da ciência etnográfica antiga, na escala que se estabelece entre a barbárie e a civilização (VAN DER VLIET, 1984:74).

Na elaboração do mapa o qual se inscrevem os distintos grupos de população, dentre os quais se encontram os celtíberos e berones, Estrabão parece haver encontrado alguns problemas derivados da informação que dispunha. Este geógrafo, que nunca visitou a Península Ibérica, construiu um mapa a partir de dados proporcionados por autores anteriores, correspondentes a períodos históricos distintos, resultando em um trabalho de “gabinete”, baseado na consulta, ordenação e confrontação dos dados de obras anteriores. O conhecimento precário das terras mais ocidentais não resulta em uma fácil distinção dos espaços e sua articulação com as populações peninsulares. Desta forma, apesar do bom conhecimento e compilação das fontes do passado (fontes estas que chegam até Estrabão na forma de fragmentos imprecisos), Estrabão não se encontra enquanto “sujeito ativo” em suas descrições. Sua construção da Península Ibérica pode

ser considerada uma representação da realidade, fruto de uma atividade intelectual baseada na ordenação dos dados disponíveis, de acordo com critérios de seleção e hierarquização, em um processo sempre em constante reelaboração⁷.

Na passagem 4.8 do livro III, de sua *Geografia* (transcrição na nota VII), Estrabão coloca as dificuldades de realizar uma descrição precisa e segura de um território fragmentado e mal conhecido, sobretudo quando se dispõe de informação correspondente a momentos distintos, com dados muitas vezes contraditórios. Neste sentido, o texto realça a importância que tem o elemento humano na descrição geográfica, e que está presente em toda a sua obra. Sua geografia não é uma descrição do mundo conhecido desde um ponto de vista exclusivamente físico, mas daquele que está habitado por um tipo determinado de sociedade (VAN PAASSEN, 1983:257). Nesta reflexão sobre a importância do elemento humano, Estrabão nos mostra como no processo de constituição de um espaço intervêm não apenas fatores geográficos e étnicos, mas também históricos:

“O componente histórico serve não apenas para explicar o desenvolvimento e a diversidade das populações que habitam a ecúmene, mas também para construir o mapa da mesma e poder explicar as variações que nele se vão produzindo. Se em suas regiões, incluindo a Península Ibérica, se distinguem distintos espaços, que servem para facilitar sua apreensão, estes não são estabelecidos a partir de critérios puramente geomorfológicos... O que Estrabão indica é que um espaço pode surgir, desaparecer, ampliar-se ou reduzir-se, ou simplesmente mudar de nome em função do elemento humano vinculado a ele”. (CIPRÈS, 1999: 137).

Desta forma, a evolução de uma população, sua relação com outras, as migrações, etc, devem ser levadas em consideração na hora de se reconstruir a organização de uma região. A geografia, neste sentido, se converteria em geografia humana ou “política”.

A partir da Segunda Guerra Púnica, seguida pela conquista romana da Península Ibérica, um melhor conhecimento do interior peninsular acarretou em uma individualização de suas populações, que foram adquirindo para o mundo greco-romano uma identidade própria, permitindo uma melhor definição do mundo nativo (CIPRÈS, 1999:278). Assim, o termo “celtíbero”, antes um termo quase que genérico, passou a ser aplicado a um determinado grupo dentre as populações peninsulares, tal qual encontramos na descrição de Estrabão.

Segundo nos indica Estrabão (III, 4.13), Políbio deve ter feito em sua obra a enumeração das *ethne* e dos lugares pertencentes aos celtíberos e vacceos. Nas obras destes dois autores, a identificação enquanto celtíberos das populações de arévacos, belos, lusones e titos nos permitem reconstruir um espaço extenso que se prolongava pelo Sul peninsular até a Oretânia, em um momento no qual as fontes que narram os acontecimentos anteriores às campanhas de Lúculo, já diferenciavam os celtíberos de

outros grupos nativos próximos que participaram na luta contra a expansão romana na Península Ibérica: oretanos, vacceos, carpetanos, etc.

A obra de Estrabão suscita, ainda, uma polémica entre os arqueólogos, tendo em vista a discordância sobre uma “celtiberização” do território próximo à Zaragoza. De acordo com Maria Pilar Utrilla, o bronze de Contrebia⁸ seria indicador das relações de Saludie (antigo nome de Caesaraugusta), intensas e provavelmente amigáveis, com as comunidades celtibéricas próximas (como Botorrita). No entanto, nas listagens dos nomes próprios encontrados em Saludie, não há provenientes dos indo-europeus, apenas do tipo basco-ibérico.

Atualmente, arqueólogos como Lorrio (1997: 75; 2001:190), a partir das fontes literárias, da epigrafia, da linguística e da arqueologia, configuram a Celtibéria como uma região geográfica individualizada, nas terras altas do Planalto Oriental à margem direita do Vale Médio do Ebro. Tal localização inclui, linhas gerais, o atual município de Soria, boa parte de Guadalajara e Cuenca, o setor oriental de Segovia, o sul de Burgos e La Rioja e o ocidente de Zaragoza e Teruel, chegando inclusive a compreender a área norte-ocidental de Valencia. A análise das etnias consideradas celtibéricas, e sua delimitação por meio das cidades que são descritas nas fontes clássicas, permitem determinar limites para o Celtibéria, que de modo algum se poderiam considerar estáveis. Desta forma, podem ser avaliados os apelativos que acompanham certas cidades, fazendo referência ao caráter limítrofe das mesmas: como Segobriga, *caput Celtiberiae*, em Cuenca, Clunia; *Celtiberiae finis*, em Burgos; ou Contrebia Leucade, *caput eius gentis*, em La Rioja.

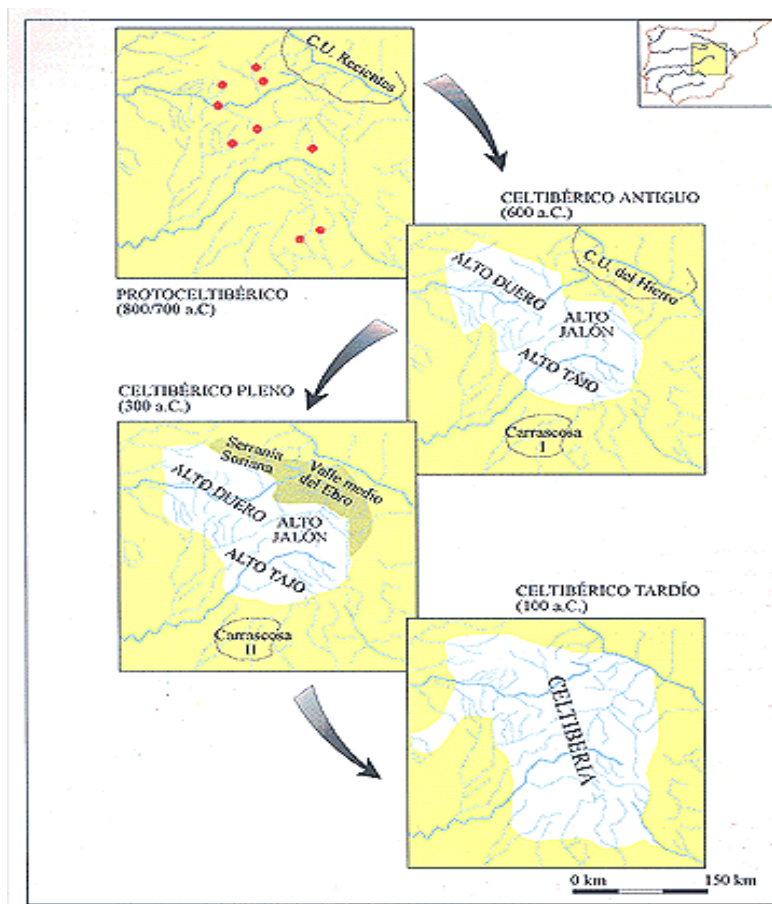


Cidades e etnias da Celtibéria (séc. III-I a.C.). Fonte: Lorrio, 2001:187.

Defende-se a existência de uma evolução do conceito territorial de Celtibéria desde seu aparecimento, nos textos situados no contexto da Segunda Guerra Púnica, onde tal

conceito apresenta um conteúdo genérico, em boa medida equivalente às terras do interior peninsular, até alcançar outro mais restringido, ao redor do Sistema ibérico como eixo fundamental; sem esquecer de outras propostas como a qual identifica o território celtibérico com o Planalto. É de notar que, por este não ser um termo indígena e devido às contradições aparentes que as fontes literárias mostram em seu uso, torna-se mais complexo elaborar uma definição completa. Contudo, o teórico território celtibérico definido pelas fontes literárias coincide, *grosso modo*, com a dispersão das inscrições em língua celtibérica, em alfabeto ibérico ou latino. Assim mesmo, se constata a existência de uma onomástica particular restringida a Celtibéria, que conviveria com outra de âmbito mais geral, também de tipo indo-europeu, que se estendia pelo Ocidente e Norte peninsulares (LORRIO, 1997: 207).

Os registros arqueológicos oferecem, junto às informações sobre a Celtibéria e os celtiberos dadas pelas fontes escritas greco-romanas, a possibilidade de abordar o processo de formação e evolução da Cultura Celtibérica, fenômeno que remete aos séculos anteriores à presença de Roma na Península Ibérica, e que marca os processos de etnogênese registrados em âmbito peninsular durante o primeiro milênio a.C. A seqüência cultural do mundo celtibérico foi estabelecida a partir das análises dos habitats e das necrópoles, assim como do armamento e artesanato em geral, integrando as diversas manifestações culturais desta população. Não devemos deixar de considerar a diversidade das áreas que configuram este território e, a dificuldade em sua definição. A periodização proposta – que tenta adequar a complexa realidade celtibérica a uma seqüência contínua e unificadora do território celtibérico – oferece quatro fases: sécs. VIII -VII a.C., *Protoceltibérico*; séc. VI - começo do séc.V a.C., *Celtibérico Antigo*; final do séc V – final séc. III a.C., *Celtibérico Pleno*; e *Celtibérico Tardio*, que dura até o séc. I a.C.



A seqüência cultural do mundo Celtibérico (800/700-100 a.C.). (Fonte: Lorrio, 2001:187)

Examinado o esquema acima, podemos verificar que a eclosão do mundo celtibérico, entre os sécs. VI e V a.C. se produziu em um âmbito geográfico menor que o da Celtibéria histórica, configurando o que se poderia chamar de território nuclear desta.

O período que abarca desde o séc. V até o III a.C., se configura como uma etapa de transição de profundas transformações no mundo celtibérico. De modo semelhante ao ocorrido na Península Itálica, ao fenômeno da expansão celtibérica se enfrentou a tendência expansionista do mundo urbano mediterrâneo. Os púnicos, a partir do último terço do séc. III a.C., e posteriormente o mundo romano iniciaram uma série de enfrentamentos que culminariam nas Guerras Celtibéricas, que constituem um dos principais episódios de choque e domínio da Céltica por Roma.

Neste momento, a tendência a formas de vida cada vez mais urbanas pode ser considerada como o fato mais destacável. Relacionado a este processo de urbanização, estaria o provável aparecimento da escrita, documentada desde meados do séc. II a.C. na cunhagem de moedas. Ainda temos que assinalar a existência das leis escritas em suporte de bronze.

Outro bom exemplo seria o desenvolvimento da ourivesaria, que refletiria as mudanças na ideologia funerária, que agora ao invés de valorizar as armas, valorizaria as jóias como símbolo de status. Também se desenvolverá um processo de ordenação hierárquica do território, no qual o urbano dos *oppida* se define mais pelo seu significado funcional que pelo arquitetônico. Ainda, há o aparecimento, em finais do séc. II a.C., de *villae* de tipo helenístico, como La Caridad de Caminreal, mostrando uma forte influência da urbanização romana. Em tais assentamentos apreciava-se uma ordenação anterior segundo um plano previsto, apresentando obras defensivas gigantescas, como seria o caso do fosso de *Contrebia Leukade*, demandando trabalho coletivo. Desta forma, as antigas *oppida* celtibéricas⁹ são centros que acunham moedas com seus nomes, tornando-se a expressão de uma organização social mais complexa, com senado, magistrados e normas que regulam o direito público.



Denário celtibérico de Sekobirikes. Fonte: LORRIO, 2001:199.

Colocações Finais

A continuidade observada a partir do registro arqueológico permitiria, então, a utilização de um termo étnico desde o período formativo desta Cultura, apesar das dificuldades que seu uso pode acarretar ao nos referirmos a entidades arqueológicas concretas, em especial se tal uso se remete a um momento anterior a sua criação, e utilização por parte de autores greco-latinos, como ocorre no caso do presente trabalho. Nesse caso, resulta adequado empregar o termo celtibérico a um sistema cultural bem definido, geográfica e cronologicamente, que abarcaria desde o séc. VI a.C. até a conquista romana e o período imediatamente posterior. Embora não tenhamos a completa certeza da existência de grupos étnicos que se reconheceram enquanto celtíberos em momentos prévios à configuração da Celtibéria e a sua menção pelas fontes escritas, há argumentos de índole arqueológica que apontam para essa direção.

As notícias proporcionadas pelos autores greco-romanos nos permitem nosso aprofundamento nas questões referentes à organização sócio-política dos Celtíberos, evidenciando um panorama mais complexo que o obtido anteriormente, baseado apenas

na documentação arqueológica. A existência de grupos parentais de caráter familiar ou suprafamiliar, de instituições sócio-políticas, como senados ou assembleias de tipo não parental, como o *hospitium*, a clientela, assim como as entidades étnicas e territoriais que são conhecidas se documentam através das fontes literárias ou das evidências epigráficas.



Bronze de Luzaga (Guadalajara). Fonte: Almagro-Gorbea, 1992:254.

Há de levar-se em consideração a própria evolução das etnias e de seus territórios durante o processo de conquista do interior peninsular por Roma. Assim ocorre com os Ocaldes, Belos e Titos, que deixam de aparecer nas fontes literárias em determinado momento, ficando seus territórios assimilados a outras etnias; ou com os Lusones, aos quais eram atribuídas as mais diversas localizações, dependendo do autor da narrativa. Tampouco podemos ter a completa segurança acerca do conhecimento do nome de todas as etnias que ocupariam o solo celtibérico, já que muitas delas não são conhecidas, classificadas artificialmente, ou apenas são citadas em episódios pontuais.

Acreditamos ser indispensável contrastar todas as evidências disponíveis – literárias, arqueológicas, lingüísticas e epigráficas – para poder, então, abordar de forma consciente a problemática da configuração da Celtibéria histórica, ou da identificação das etnias consideradas como celtibéricas. Desta forma, podemos caracterizar a Celtibéria como uma entidade cultural que se estrutura em quatro grandes áreas: o Alto Duero, o Alto Tajo - Alto Jalón, a Celtibéria meridional, circunscrita em grande medida à província de Cuenca, e o Vale Médio do Ebro em sua margem direita. Todos territórios de desenvolvimento cultural diferenciado, apesar dos evidentes pontos de contato entre estes.

Todas as informações aqui colocadas são breves observações sobre estudos bem mais profundos acerca de um panorama complexo, cujo estudo requer uma colaboração interdisciplinar baseada na análise dos dados e na reflexão sobre as problemáticas colocadas por estes. Lembramos que não há coincidência obrigatória entre uma área lingüística, um grupo arqueológico e uma etnia, caso que se apresenta patente nas fontes clássicas referentes à Península Ibérica.

Assim, ao identificarmos as populações peninsulares, através destas fontes escritas, não devemos deixar de levar em consideração as circunstâncias históricas que acompanham os relatos sobre o ocidente europeu, suas terras e seus habitantes. Até porque, os discursos destes autores estão vinculados à relação estabelecida entre o mundo greco-romano e as populações nativas.

O uso do conceito de “Celtibéria” e Celtíberos é o resultado de um processo de criação de espaços e de definição de etnias, destinado a estruturar as áreas peninsulares que estão sendo descobertas e conquistadas. Este se constitui em variantes, nas quais os relatos e fontes históricas vão sendo reinterpretados pelos autores clássicos de acordo com as transformações político-sociais peninsulares impostas pela política romana.

Bibliografia

Documentação Textual:

- POLIBIO. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988.
SCHULTEN, A. *Fontes Hispaniae Antiquae*. Madrid: 1956.
STRABO. *The Geography of Strabo*. trad.: H. L. Jones. London: William Heinemann, 1988. v.2. p.3-163.

Bibliografia Geral:

- AAVV. *I Simposium sobre los Celtíberos*. Zaragoza: Universidade de Zaragoza, 1987.
ALMAGRO - GORBEA, M. “La celtización de la Planalto: estado de la cuestión”. In: *Actas del I Congreso de Historia de Palencia*. Palencia: Universidade de Palencia, 1987. pp. 313-344.
ALMAGRO-GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (org.) *Paleoetnología de la Península Ibérica*. Madrid: 1992.
BOSCH-GIMPERA, P. *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: 1992.
BURILLO MOZOTA, F. *Los celtíberos. Etnias y estados*. Barcelona: 1988.
CIPRÉS, P. “Celtiberia: la creación geográfica de un espaço provincial”. *Ktèma*, 18, 1993. pp.259-291.
CIPRÉS, P. “El impacto de los celtas en la Península Ibérica segundo Estrabão”. In: CRUZ ANDREOTTI, G. (coord.) *Estrabón e Ibéria. Nuevas Perspectivas de Estudio*. Málaga: Universidade de Málaga, 1999. pp.121-154.
CUNLIFFE, B. *Greeks, Romans and Barbarians*. London: Bastford, 1998.
_____. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
DE HOZ, J. “The Celts of the Iberian Peninsula.” *Zeitschrift für Celtische Philologie*, 45, 1992. Pp.1-39.
LORRIO, A. *Los Celtíberos*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 1997.
_____. “Los Celtíberos”. In: ALMAGRO-GORBEA, M.; MARINÉ, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, J. R. (eds.). *Celtas y Vettones*. Ávila: Diputación Provincial de Ávila, 2001. pp. 182-199.

- VAN DER VLIET, E. “L’ethnographie de Strabon: ideologie ou tradition?” In: FRONTERA, F. (ed). *Strabone, Contributi allo studio della personalità e dell’opera*. Tomo I. Perugia: Universidade de Perugia, 1984. pp.29-86.
- VAN PAASSEN, C. “L’eredità della Geografia greca classica: tolemeo e Strabone”. In: FRONTERA, F. (ed.) *Geografia e geografi nel mondo antico. Guida storica e critica*. Roma – Bari: Universidade de Roma, 1983. pp.227-273.

Notas:

¹ O presente artigo é uma versão da comunicação intitulada “Celtíberos e Iberos: um estudo comparado acerca das suas representações nos textos clássicos e através dos indícios arqueológicos”, apresentada no I Simpósio Nacional de Estudos Celtas e Germânicos, Rio de Janeiro, 2004.

² Sobre as questões relativas a etnogênese, ver as seguintes referências, listadas em nossa Bibliografia: ALMAGRO-GORBEA, M. (1987: 313-344); além dos diversos trabalhos publicados em ALMAGRO - GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (1992).; BURILLO, F. “Sobre el origen de los Celtíberos”. In: I Simposium sobre los Celtíberos. Zaragoza: 1987, pp.75-93; e LORRIO (1997).

³ A autora não menciona as referências precisas das passagens citadas.

⁴ Uma interessante discussão sobre a organização do espaço e do tempo em Estrabão pode ser encontrada nos capítulos V e VI da obra de Katherine Clarke, *Between Geography and History: Hellenistic Constructions of the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁵ Autores como Apiano e Diodoro, tal qual Estrabão, também classificam os lusitanos como populações Iberas.

⁶ As referências mencionadas foram retiradas de SCHULTEN (1956).

⁷ Podemos ver uma passagem no texto de Estrabão, *Geografia* III, 4.19, onde o próprio autor confirma nossa colocação: “Assim, pois, como dizíamos, alguns afirmam que esta região se divide em quatro partes, enquanto que outros dizem que em cinco. Porém é impossível neste caso dar razão a eles com exatidão devido às transformações e a obscuridade dos lugares. Pois nos lugares famosos e célebres são conhecidas tanto as migrações como a distribuição do território, assim como as mudanças de nome e qualquer coisa deste tipo, por ser tratada por muitos autores e principalmente pelos gregos, que são os mais prolixos de todos. Porém, sobre as regiões bárbaras, apartadas, pequenas e subdivididas, não há notícias muito seguras nem abundantes, porque tudo o que fica distante dos gregos aumenta o desconhecimento. Os historiadores romanos imitam aos gregos, mas não avançam com isso, pois o que dizem são traduções dos gregos sem aportar de si uma grande avidez de conhecimentos, de forma que, cada vez que há um vazio de informação por parte destes [gregos], não é muito o que completam os outros [romanos], e ocorre isto especialmente na questão dos nomes mais conhecidos, que são gregos em sua maioria”.

⁸ O bronze era utilizado pelos celtíberos como suporte de escrita. Já os iberos utilizavam o chumbo. Alguns autores colocam que esta diferenciação pode estar explicada pelo maior contato entre os celtíberos e os romanos (que também costumavam utilizar o bronze como suporte de escrita); enquanto que os iberos, por já haverem experimentado um contato com os gregos, permaneceram utilizando o chumbo. Dois bronzes celtibéricos apareceram em Botorrita: um escrito em caracteres ibéricos e língua celtibérica; e outro, o chamado Bronze de Contrebia, escrito em língua e alfabeto latinos. Ambos os bronzes são de grande importância para o conhecimento das línguas e das instituições celtibéricas.

⁹ Tal processo romanizador pode ser mais bem caracterizado após 133 a.C., com a destruição de *Numantia*, caracterizando o último *oppidum* celtibérico a resistir ao expansionismo romano. Assim, já no séc. I ºC., os antigos *oppida* celtibéricos de *Bilbilis*, *Vxama*, *Termes* ou mesmo *Numantia*, já estavam convertidos em cidades romanas, inclusive com status de *municipium*.